

AValiação da Educação Básica e Qualidade do Ensino: Estudo sobre os Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo

Ocimar Munhoz Alavarse – Feusp/Gepave – Brasil - ocimar@usp.br
Cristiane Machado – Univás/Gepave – Brasil - cristiane13machado@yahoo.com.br

Resumo

O estudo analisa os resultados dos alunos dos anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo na Prova Brasil. Contextualiza a avaliação da educação básica no país, evidenciando a importância da criação da Prova Brasil e do Ideb, destacando seu objetivo de ser um indicador de qualidade da educação. Embora não contemple toda a qualidade da educação escolar, os dados obtidos na Prova Brasil podem evidenciar uma determinada e importante qualidade das escolas e redes. Conclui ressaltando que a análise dos dados das escolas municipais paulistanas pode fortalecer a compreensão da avaliação não como um fim em si mesmo, mas como oportunidade de associá-la às transformações necessárias para a escola pública garantir o sucesso de seus alunos.

Palavras-chave: qualidade do ensino, avaliação externa, Prova Brasil.

Introdução

Ao mesmo tempo que presenciamos a ampliação de estudos e debates sobre avaliação da educação básica observamos o fortalecimento da discussão da importância da qualidade na educação, principalmente como meta a ser atingida pelos sistemas de ensino.

Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 990) destacam que os contornos adquiridos pela premência da qualidade no contexto da universalização do ensino fundamental tem respaldo na disponibilização dos dados gerados pelas avaliações em larga escala, que evidenciou, mediante os resultados aferidos por seus instrumentos de avaliação, o “grave problema” da qualidade dos sistemas de ensino, impelindo muitos pesquisadores a se debruçarem sobre o tema.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990 e a principal iniciativa de avaliação externa e em larga escala, tem registrado historicamente a precária qualidade do ensino ofertado, contribuindo para o aumento da visibilidade teórica e social da questão da qualidade da educação. Com base nesse quadro, o governo federal criou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para ser “um indicador de qualidade educacional” (FERNANDES, 2007, p. 6). Como

indicador, o Ideb combina os resultados de desempenho nas provas padronizadas do Saeb com taxas de aprovação dos alunos, o que nos permite afirmar que seu princípio de qualidade é de uma educação na qual os alunos aprendam e também sejam aprovados.

Embora compreendendo que qualidade da educação “é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões” (DOURADO, 2007, p. 9), não podemos deixar de considerar que o desempenho em leitura e resolução de problemas e a aprovação são componentes relevantes do processo escolar que se pretenda de qualidade. Portanto, no escopo desse estudo utilizaremos como referência de qualidade na educação os resultados obtidos pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo na Prova Brasil. Apresentar dados e análises sobre essa realidade é o objetivo desse trabalho.

Avaliação da educação básica e qualidade: relações e limitações

O Saeb, criado em 1990, foi um importante marco no debate em torno da qualidade da educação, pois possibilitou conhecer e acompanhar os patamares das desigualdades educacionais do país em relação ao desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática nas provas padronizadas, tendo em vista os anos escolares envolvidos e as séries históricas construídas.

Sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação (MEC) encarregada de operacionalizar seus processos avaliativos, o Saeb passou por várias mudanças até chegar naquela que oportunizou a criação do Ideb em 2007. Em 2005, o Sistema foi desdobrado em duas avaliações. Uma delas, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), manteve o desenho original do Saeb de avaliação por amostragem e tem suas provas aplicadas para alunos de escolas privadas do ensino fundamental e públicas e privadas do ensino médio. A outra, Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida com o nome de Prova Brasil, foi projetada para aplicação censitária de suas provas para alunos de escolas públicas. De todas essas avaliações, participam alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio.

A diferença entre as duas avaliações em relação aos participantes tem desdobramentos importantes para a abordagem sobre a qualidade do ensino das escolas que fazemos neste trabalho. Enquanto a Anresc é de aplicação amostral, a Prova Brasil é

censitária, e o fato de todos os alunos, que se enquadrarem nos critérios exigidos para participar da referida prova, serem avaliados, permite que os resultados desta sejam fornecidos por escola, ao passo que aquela apenas permite resultados por estados, regiões e país. Assim, com a Prova Brasil há a possibilidade dos profissionais das escolas e os gestores educacionais reconhecerem, nos resultados da avaliação, aspectos e consequências do trabalho desenvolvido em suas unidades educacionais.

Nesse sentido, Alavarse, Bravo e Machado (2012) ponderam que:

Nesses novos *tempos de avaliação*, possíveis alegações de não reconhecimento das especificidades de cada rede nos resultados das avaliações por amostragem, como o SAEB, não encontram mais eco na sociedade, uma vez que a Prova Brasil e o Ideb produzem e disponibilizam uma fotografia da qualidade do ensino de cada sistema de ensino da federação.

Estudo de Bonamino e Sousa (2012, p. 379) mostra dados que evidenciam a relevância numérica da diferenciação entre as duas avaliações, em relação ao contingente de alunos avaliados, como exemplo da dimensão capilar do Saeb e da Prova Brasil. As autoras sublinham que:

A introdução da Prova Brasil em 2005 e sua repetição, a cada dois anos, permitem a comparação, ao longo do tempo, entre as escolas que oferecem o ensino fundamental. Em sua primeira edição, ela avaliou mais de 3 milhões de alunos em aproximadamente 45.000 escolas urbanas de 5.398 municípios; foi muito além, portanto, do Saeb, que avalia, em média, uma amostra de 300.000 alunos.

Dois anos após a criação da Prova Brasil, o governo federal criou, em 2007, o Ideb, com metas projetadas para as escolas e redes considerando os dados já obtidos com a aplicação da Prova Brasil e com o Censo Escolar em 2005. Reynaldo Fernandes (2007, p. 06), presidente do Inep à época da criação do Ideb, explicitou que esse índice estava sendo criado para ser um “um indicador de qualidade educacional” e também para possibilitar um “monitoramento permanente e medição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados” na educação brasileira.

O Ideb atingiu tal peso na educação brasileira que figura como proposta para ser o principal indicador da qualidade nacional no projeto de lei para aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, enviado à Câmara pelo governo federal, em dezembro de 2010. Diz o texto, em sua versão original:

Art. 11- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica,

combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

Como indicador, o Ideb, ao combinar os resultados de desempenho nas provas do Saeb com taxas de aprovação de cada uma das unidades – escolas e redes – para as quais é calculado, ressalta uma questão controversa que reside na concepção de qualidade da educação escolar que este indicador expressaria. Textualmente, o Decreto nº 6.094 de 2007 diz:

Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Embora a concepção de qualidade associada ao Ideb seja um tanto reducionista, por não contemplar aspectos relevantes do processo pedagógico, é possível considerar algumas potencialidades no Ideb por conta de duas características: por facilitar uma apreensão, mesmo que parcial, da realidade educacional brasileira, aí destacadas suas escolas, e, sobretudo, por articular dois elementos que há muito tempo parecem ser antagônicos: o aumento da aprovação e o aumento do desempenho. Desse modo, admite-se que esses tópicos não são, de forma alguma, estranhos ao processo escolar que se pretenda como de qualidade, como já enfatizamos em passagem anterior.

Se a qualidade na educação é um fenômeno complexo que possui determinações intraescolares, tais como currículo, formação docente, gestão escolar, avaliação da aprendizagem, condições de trabalho, infraestrutura das escolas etc., e extraescolares, tais como condições de vida da população, capital econômico, cultural e social das famílias dos alunos, entorno social da escola, distribuição de renda, violência, entre outros, o aumento do desempenho dos alunos nos exames é parte importante desse fenômeno, ainda que este não se esgote naquele, pois a medição da aprendizagem permite o aprofundamento do diagnóstico da situação da educação brasileira e o delineamento de iniciativas de políticas educacionais nesse terreno.

A análise dos dados coletados nas aferições da Prova Brasil pode indicar os contornos da qualidade da educação básica no país, bem como fornecer elementos para o direcionamento de políticas para equacionar dificuldades apresentadas pelos sistemas educacionais.

Dados e análises da Rede Municipal de Ensino de São Paulo

Apresentamos a seguir algumas análises dos resultados da Prova Brasil, relativos aos anos finais do ensino fundamental, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), ainda que sem explorar todas as possibilidades de estudos que os dados permitem.

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo é uma das maiores redes públicas do país. De acordo com o Censo Escolar de 2012, possuía 240.765 alunos na educação infantil, sendo 60.278 na creche e 180.487 na pré-escola, 445.822 no ensino fundamental, sendo 204.526 nos anos iniciais e 241.296 nos anos finais.

No Quadro 1 encontramos os dados disponibilizados pelo Inep, com o Ideb, a meta para a RME-SP e as notas médias na Prova Brasil, bem como detalhamentos dos componentes desse indicador, nas quatro aferições já realizadas.

Quadro 1 – Ideb, Meta, Taxa de aprovação, Nota Padronizada e Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa na Prova Brasil. Anos finais do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino São Paulo. 2005 a 2011

	2005	2007	2009	2011
Ideb	4,1	3,9	4,2	4,3
Meta	-	4,1	4,3	4,6
Taxa de aprovação	93,1%	88,6%	92,3%	92,7%
Nota padronizada	4,42	4,41	4,51	4,65
L. Portuguesa	226,5	227,2	234,9	238,6
Matemática	238,7	237,7	235,9	240,5

Fonte: MEC/Inep

No ano de 2007 observamos uma queda de 0,2 pontos no Ideb que se explica pela diminuição, em quase 5 pontos percentuais, na aprovação dos alunos. A ligeira queda na média das proficiências dos alunos em Matemática não provocou perda de pontos no Ideb porque a nota foi compensada pela ampliação em Língua Portuguesa, mesmo que pequena. No Quadro 1 se apreende, também, que a média da rede em 2011 está 0,3 pontos aquém da meta estabelecida pelo Inep e, a cada aferição, aumenta a distância entre a média alcançada pela rede e a meta projetada.

Os dados do Quadro 2 mostram a situação dos anos iniciais da RME-SP. Nele, vemos que a média alcançada em 2011 também está abaixo da meta projetada, porém com uma diferença bem menor do que a encontrada nos anos finais.

Quadro 2– Ideb, Meta, Taxa de aprovação, Nota Padronizada e Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa na Prova Brasil. Anos iniciais do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino São Paulo. 2005 a 2011

	2005	2007	2009	2011
Ideb	4,1	4,3	4,7	4,8
Meta	-	4,1	4,5	4,9
Taxa de aprovação	94,9%	92,6%	94,7%	95,4%
Nota padronizada	4,29	4,60	4,96	5,03
L. Portuguesa	166,4	168,6	177,7	181,6
Matemática	172,8	187,0	197,5	197,5

Fonte: MEC/Inep

Para salientar outros elementos da variabilidade de resultados de alunos e escolas, tomamos como referência os critérios da SME-SP, que utiliza a escala Saeb, para classificar os alunos em função da sua proficiência na Prova São Paulo, a avaliação externa dessa rede. Vejamos os números apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos Níveis de Desempenho e dos Níveis de Proficiência, para a 8ª série / 9º ano do Ensino Fundamental

Disciplinas	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado
Língua Portuguesa	<200	200 a < 275	275 a <325	≥ 325
Matemática	<225	225 a <300	300 a < 350	≥ 350

Fonte: SME-SP

Para conhecer a distribuição dos alunos do 9º ano do ensino fundamental da RME-SP, nessa classificação, o que faremos a seguir na Tabela 2, é preciso considerar os resultados individuais dos alunos em cada edição da Prova Brasil, disponibilizados pelo Inep, a partir de 2007, por meio dos microdados desta avaliação.

Destacamos, contudo, algumas diferenças importantes entre a edição de 2007 e a de 2011, já que nesta última edição: a) foram divulgados somente os resultados das escolas cuja taxa de participação dos alunos no momento da prova foi de pelo menos 50%; b) os alunos que não estavam declarados no Censo Escolar 2011 e que não

responderam pelo menos três questões das provas de língua portuguesa e de matemática tiveram suas notas desconsideradas para o cálculo das proficiências; e c) foram introduzidos pesos para os alunos, a despeito de seu caráter censitário, com o intuito de ponderar o impacto daqueles que não realizaram a prova.

Em nossa contagem, feita para conhecer o percentual de estudantes em cada nível de desempenho, consideramos como *missing values* os alunos que fizeram a Prova Brasil 2011, mas não atenderam às duas primeiras condições, os quais somam 10.165 alunos. Além disso, pelo fato dos microdados da Prova Brasil de 2007 não conterem os pesos dos alunos, não introduzimos a ponderação em nossa contagem feita com os dados de 2011. Em relação a 2007, especificamente, ressaltamos que, na contagem que fizemos do desempenho dos alunos, consideramos como *missing values* aqueles que estavam com nota zero, sendo 57 em língua portuguesa e 64 em matemática. Feitas essas considerações, temos os seguintes números:

Tabela 2 – Distribuição dos alunos por nível. 9º ano do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Língua Portuguesa. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Alunos	% de Alunos	Nº de Alunos	% de Alunos
Abaixo do Básico	12.610	29,8	10.651	21,8
Básico	22.910	54,2	26.466	54,2
Adequado	6.151	14,5	10.104	20,7
Avançado	630	1,5	1.614	3,3
Total	42.301	100	48.835	100

Fonte: MEC/Inep

Em Língua Portuguesa pode-se notar avanço de 2007 para 2011, pois diminuiu em quase 8% o número de alunos com desempenho Abaixo do Básico e manteve-se estável entre aqueles que se encontravam no Básico. Nos dois níveis superiores, houve uma ampliação de aproximadamente de 6% no Adequado e 2% no Avançado. Em Matemática, de acordo com Tabela 3, observa-se um movimento semelhante.

Tabela 3 – Distribuição dos alunos por nível. 9º ano do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Matemática. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Alunos	% de Alunos	Nº de Alunos	% de Alunos
Abaixo do Básico	16.766	39,6	17.671	36,2
Básico	22.361	52,9	26.324	53,9

Adequado	2.915	6,9	4.392	9,0
Avançado	252	0,6	448	0,9
Total	42.294	100	48.835	100

Fonte: MEC/Inep

Em Matemática pode-se notar avanço de 2007 para 2011, assim como em língua portuguesa, pois diminuiu em quase 3% o número de alunos com desempenho Abaixo do Básico e houve uma leve ampliação de alunos no nível Básico. Nos dois níveis superiores, houve uma ampliação de aproximadamente de 3% no Adequado e 0,3% no Avançado.

Substituindo a proficiência individual dos alunos pela proficiência média das escolas, a fotografia que temos da RME-SP é bastante diferente, conforme evidenciado nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Distribuição das Médias das Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Língua Portuguesa. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Escolas	% de Escolas	Nº de Escolas	% de Escolas
Abaixo do Básico	3	0,7	1	0,2
Básico	439	99,3	528	99,6
Adequado	0	0	1	0,2
Avançado	0	0	0	0
Total	442	100	530	100

Fonte: MEC/Inep

Em Língua Portuguesa, tanto em 2007 quanto em 2011, praticamente 100% das escolas estão no nível Básico, situação bem distinta do retrato feito a partir da distribuição da proficiência dos alunos, pois neste nível estavam 55% dos estudantes e, no Abaixo do Básico, quase 30% em 2007 e 22% em 2011. No Adequado e Avançado, apesar de haver um percentual de alunos entre 15% e 23% nas respectivas edições da Prova Brasil, nota-se, quando tomamos a proficiência média da escola, que praticamente inexistem nesses níveis. Em Matemática, a tendência é semelhante, como se vê na tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição das Médias das Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Matemática. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Escolas	% de	Nº de Escolas	% de

	Escolas		Escolas	
Abaixo do Básico	80	18,1	65	12,3
Básico	362	81,9	465	87,7
Adequado	0	0	0	0
Avançado	0	0	0	0
Total	442	100	530	100

Fonte: MEC/Inep

Esses retratos revelam que a média das escolas pode “esconder” a diversidade relativa ao desempenho dos alunos, logo, tomar isoladamente a média das escolas, como induz a divulgação do Ideb, pode camuflar a extensão da variabilidade de proficiências, evidenciando, assim, uma das limitações do conceito de qualidade do Ideb.

Este estudo demonstra, portanto, o importante exercício que deve ser empreendido quando se pretende democratizar o conhecimento no interior das escolas públicas, pois a observação pura e simples da média das escolas pode escamotear o que acontece realmente em termos de apreensão e domínio das competências e habilidades.

Outro exercício empreendido neste estudo foi a análise comparativa entre as três escolas, dos anos iniciais do ensino fundamental, que alcançaram as maiores notas no Ideb em 2005 (A, B e C) e as três que tiveram as notas mais baixas (D, E e F), para acompanharmos a sua evolução ao longo das aferições.

Mas antes de examinarmos a Tabela 6, é importante frisar que tais escolas, nos anos finais do ensino fundamental, não tinham, em 2005, os maiores e menores Ideb da RME-SP. Todavia, as escolas A, B e C estavam entre as instituições com os índices mais altos, ao passo que das escolas D, E e F, apenas a escola E encontrava-se entre aquelas que possuíam os índices mais baixos. A escola D ficou situada em uma região mediana e a F pouco abaixo dessa região. Esse estudo mostra a complexidade existente no processo de escolarização dentro da mesma rede de ensino.

Tabela 6 – Ideb, Rendimento e Nota Padronizada na Prova Brasil das Escolas. 2005-2011

Escola	Ideb 2005	R 2005	N 2005	Ideb 2007	R 2007	N 2007	Ideb 2009	R 2009	N 2009	Ideb 2011	R 2011	N 2011
A	5,1	0,98	5,18	5,4	0,95	5,63	5,3	0,96	5,48	5,1	0,97	5,25
B	4,9	0,99	4,97	5,0	0,94	5,28	5,2	0,95	5,46	5,6	0,97	5,77
C	4,9	1,00	4,95	4,8	0,96	4,99	5,1	0,98	5,18	5,0	0,97	5,17
D	3,9	0,91	4,25	3,7	0,85	4,36	4,5	0,95	4,79	4,3	0,95	4,54
E	3,0	0,78	3,87	2,9	0,80	3,67	3,6	0,91	3,95	3,3	0,96	3,46
F	3,7	0,91	4,02	3,5	0,86	4,08	3,8	0,95	4,04	3,6	0,92	3,94

Fonte: MEC/Inep

Chama a atenção o fato de que das seis escolas, a única que manteve o crescimento contínuo do Ideb foi a B. As demais escolas tiveram oscilações, de modo que somente a D e a E aumentaram seu índice em mais de 0,1 ponto comparando 2005 e 2011. As escolas A, C e F, tomando como referência ainda 2005, praticamente voltaram a esse patamar em 2011, com maior ou menor oscilação nesse percurso. Em termos de nota padronizada, apenas a B, novamente, teve um crescimento contínuo ao longo das edições. Quanto ao rendimento, a escola, em 2005, destoava das demais, pois sua taxa de aprovação era menor que 80%, ao passo que as demais estavam acima de 90%. Porém, em 2011, o rendimento das seis escolas se encontrava acima dos 90%, o que revela a melhoria nesse componente do Ideb.

A essas análises, agregamos outra discussão: a da relação entre desempenho escolar e nível socioeconômico (NSE), tema muito presente nas pesquisas educacionais, especialmente, a partir dos anos 60, em virtude do clássico estudo de Coleman et al. (1966), que identificou uma forte correlação positiva entre os fatores extraescolares e o desempenho das escolas, evidenciando o impacto das desigualdades sociais nas escolares. Por esta razão, consideramos neste estudo o indicador de NSE das escolas de educação básica do país criado por Alves e Soares(2012) e disponibilizados para os autores por Alves, Soares e Xavier (2012), para balizar as análises das escolas da RME-SP com os maiores e menores Ideb.

De acordo com Alves e Soares (2012, p. 5), o NSE “é um construto teórico que sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo a criação de estratos ou classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características”. A sua construção se deu a partir dos dados das avaliações em larga escola realizadas pelo Inep nos últimos anos (Saeb 2001 a 2005, da Prova Brasil 2005 a 2009 e Enem 2007 a 2009), que englobam testes padronizados e questionários contextuais sobre os atributos sociodemográficos dos alunos e seus familiares. Ancorado neste banco de dados, os autores afirmam que “o índice de NSE produzido reflete uma ordenação que descreve de forma fidedigna a realidade socioeconômica das escolas incluídas na base de dados” (Op. cit., p. 28).

No trabalho de Alves, Xavier e Soares (2013), a escala de -3 a +3, expressando desvios padrão, foi convertida para outra que varia de 0 a 10. Não obstante, é preciso advertir, que o escore 0 em tal escala não corresponde ao grupo cujo NSE é nomeado

como “mais baixo”, pois, como ressaltam os autores, é improvável que as escolas tenham seu NSE médio situados nos extremos da escala, visto que tal situação só seria possível se todos os alunos tivessem os valores máximos ou os mínimos dos itens pesquisados, que tratam de bens de consumo, renda familiar, escolaridade e ocupação dos pais.

Para ampliar as possibilidades comparações, vamos considerar o nível socioeconômico médio (NSE) de cada uma das escolas em nossas análises, conforme Tabela 7, mas não sem antes salientar que o referido indicador de NSE, como dito anteriormente, utilizou os microdados da Prova Brasil de 2005, 2007 e 2009 para sua construção, de modo que apenas os de 2011 não foram usados.

Tabela7 – NSE médio, Ideb, Rendimento e Nota Padronizada na Prova Brasil das Escolas

Escola	NSE	Anos Iniciais			Anos Finais		
		Ideb 2011	R 2011	N 2011	Ideb 2011	R 2011	N 2011
A	Alto (6,3)	5,8	0,96	5,99	5,1	0,97	5,25
B	Médio-Alto (6,2)	5,3	0,97	5,52	5,6	0,97	5,77
C	Médio-Alto (6,0)	5,3	0,97	5,44	5,0	0,97	5,17
D	Médio (5,1)	5,0	0,98	5,07	4,3	0,95	4,54
E	Médio (4,9)	4,1	0,98	4,16	3,3	0,96	3,46
F	Médio (5,0)	3,9	0,89	4,38	3,6	0,92	3,94

Fonte: Alves, Soares e Xavier (2012) e MEC/Inep

Corroborando a literatura sobre desigualdade social e desigualdade escolar, nota-se, nos anos iniciais do ensino fundamental, indícios de correlação positiva entre o desempenho dos alunos, e, por conseguinte, da escola e o seu nível socioeconômico. Essa relação pode explicar, em parte, uma das razões que contribuíram para as escolas A, B e C terem um bom resultado no Ideb nesta etapa do ensino: abrigar alunos de maior NSE. Por outro lado, é importante notar que escolas situadas dentro do mesmo nível socioeconômico, tais como a B e a C ou a D e a E nos anos finais do ensino fundamental, podem apresentar diferenças consideráveis tanto nas notas padronizadas quanto no próprio Ideb, o que aponta para relevância dos fatores intraescolares na produção do desempenho dos alunos.

Analisando um dos componentes do Ideb por outro ângulo, cotejamos as médias das proficiências obtidas pelos alunos, nos anos finais do ensino fundamental, na Prova Brasil por escolas, retomando os níveis de desempenho elaborados pela SME-SP,

distribuindo o total de alunos em cada nível alcançado. Tomamos como referência os anos de 2007 e 2011 para a composição da Tabela 8.

Tabela 8 – Níveis de Desempenho das Escolas. Língua Portuguesa. Prova Brasil 2007 e 2011

		A		B		C		D		E		F	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	Abaixo do Básico	9	11,5	7	13,0	14	15,7	33	29,7	18	52,9	28	40,6
	Básico	30	38,5	27	50,0	49	55,1	58	52,3	12	35,3	33	47,8
	Adequado	32	41,0	20	37,0	25	28,1	18	16,2	3	8,8	7	10,1
	Avançado	7	9,0	0	0	1	1,1	2	1,8	1	2,9	1	1,4
	Total	78	100	54	100	89	100	111	100	34	100	69	100
	MissingValue	0		0		0		0		0		0	
2011	Abaixo do Básico	11	18,0	2	3,0	20	15,0	26	22,0	36	57,1	32	33,7
	Básico	23	37,7	26	39,4	67	50,4	72	61,0	20	31,7	54	56,8
	Adequado	22	36,1	24	36,4	40	30,1	18	15,3	6	9,5	9	9,5
	Avançado	5	8,2	14	21,2	6	4,5	2	1,7	1	1,6	95	0
	Total	61	100	66	100	133	100	118	100	63	100	36	100
	MissinaValue	9		14		18		18		23		32	

Fonte: MEC/Inep

Observando a porcentagem da distribuição do total de alunos por escola em Língua Portuguesa percebe-se, de 2007 para 2011, uma diminuição do número de alunos nos níveis Abaixo do Básico e Básico nas escolas B e C; uma certa estabilidade nas D e E, e um pequeno aumento na A e na F.

Assim, nota-se que o desempenho das escolas A e F caiu ligeiramente, o da D e da C se mantiveram praticamente no mesmo patamar e o das escolas B e C melhorou, como revela a variação do percentual de alunos nos níveis Adequado e Avançado. Merece destaque a escola B, que em 2007 não tinha nenhum aluno no nível Avançado e, em 2011, este nível passou a contar com 20% dos estudantes. Esse quadro mostra as dificuldades que as escolas enfrentam na busca pela melhoria da proficiência em Língua Portuguesa, já que das seis apenas duas delas aumentaram seu desempenho, e destas apenas uma aumentou consideravelmente. Por outro lado, a distância entre as escolas A, B e C em relação às D, E e F continuou relevante, o que indica a reprodução da desigualdade entre elas, ou até o aumento, se pensarmos que somente as escolas B e C conseguiram melhorar seu desempenho.

O mesmo exercício, quando aplicado em relação à Matemática, mostra uma situação semelhante, como podemos ver na Tabela 9.

Tabela 9 – Níveis de Desempenho das Escolas. Matemática. Prova Brasil 2007 e 2011

		A		B		C		D		E		F	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	Abaixo do Básico	8	10,3	8	14,8	23	25,8	45	40,5	20	58,8	35	50,7
	Básico	50	64,1	35	64,8	57	64,0	62	55,9	11	32,4	30	43,5
	Adequado	18	23,1	9	16,7	8	9,0	2	1,8	3	8,8	4	5,8
	Avançado	2	2,6	2	3,7	1	1,1	2	1,8	0	0	0	0
	Total	78	100	54	100	89	100	111	100	34	100	69	100
	MissingValue	0		0		0		0		0		0	
2011	Abaixo do Básico	12	19,7	10	15,2	26	19,5	38	32,2	44	69,8	55	57,9
	Básico	35	57,4	38	57,6	85	63,9	74	62,7	18	28,6	38	40,0
	Adequado	12	19,7	17	25,8	18	13,5	6	5,1	1	1,6	2	2,1
	Avançado	2	3,3	1	1,5	4	3,0	118	0	63	0	95	0
	Total	61	100	66	100	133	100	18	100	23	100	36	100
	MissingValue	9		14		18		136		86		55	

Fonte: MEC/Inep

Novamente as escolas B e C melhoraram seu desempenho, a D aumentou ligeiramente, em contraste com as outras duas, o que significa que diminuíram o percentual de alunos nos níveis Abaixo do Básico e Básico e aumentaram nos níveis Adequado e Avançado. Já nas demais escolas o desempenho diminuiu ligeiramente. Em relação à desigualdade de desempenhos entre os dois grupos de escolas (A, B e C *versus* D, E e F), do mesmo modo que em Língua Portuguesa, percebe-se que se manteve considerável entre as duas edições, o que, possivelmente, remete novamente às diferenças de nível socioeconômico existente entre elas.

Longe de esgotar todas as alternativas de reflexão sobre os dados e resultados produzidos e disponibilizados pelo Inep, as análises aqui delineadas pretendem ressaltar as limitações da concepção de qualidade intrínseca ao Ideb que, por seu turno, têm o potencial de contribuir com a construção de uma escola pública que, cada vez mais, viabiliza o sucesso de todos os alunos.

Conclusões

Análises exploratórias sobre os resultados das escolas e das redes a partir do estudo dos dados disponibilizados pelo Ideb, principalmente quando observados nas suas séries históricas, podem fazer a diferença para a escola cumprir seu papel de ensinar todos os seus alunos.

Destacamos, aqui, algumas possibilidades reflexivas, com base nos dados gerados e disponibilizados pelo Ideb, que as gestões de sistema e atores escolares podem empreender nos espaços pedagógicos e no cotidiano da escola para lançar luzes sobre o trabalho que é realizado com o objetivo de avaliá-lo e, a partir desse movimento, estabelecer as metas e prioridades para a continuidade das ações coletivas da escola na constante busca da melhoria da sua qualidade.

A avaliação externa, especialmente a Prova Brasil, e sua articulação com a aprovação, como examinada aqui, fornece dados que, se apropriados de forma consistente, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir ensino com aprendizagem para todos os seus alunos. Porém, a avaliação da escola e a reflexão sobre sua realidade não podem se esgotar na avaliação externa e nas taxas de aprovação, mas podem tomá-las como ponto de partida rumo à sua avaliação institucional, a sua autoavaliação.

A avaliação, nesse sentido, é um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas. Com este olhar, a avaliação, é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados e reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo. Portanto, não se trata de desprezar as avaliações e tão pouco seus resultados, cabe, antes, analisar os processos avaliativos objetivando compreender seus limites e ressaltar suas potencialidades, principalmente aquelas que podem contribuir com a construção de alternativas pedagógicas para as políticas e as escolas cumprirem suas funções a sociedade democrática de oferecer educação pública de qualidade para todos seus alunos e alunas.

Utilizar os resultados do Ideb disponibilizados pelo Inep significa compreendê-lo não como um fim em si mesmo, mas sim como oportunidade de associá-lo às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir o ensino e a aprendizagem de qualidade para todos.

As análises dos dados da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, aqui apresentadas evidenciam a possibilidade de, a partir do conhecimento e estudo dos

resultados do Ideb em todas as aferições já elaboradas, desencadear um combate político pela redução drástica das diferenças observadas no interior de uma mesma rede.

Referências

ALAVARSE, Ocimar; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. **Avaliação como diretriz das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais: o caso brasileiro.** Trabalho apresentado no III Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Zaragoza. 14 a 17 de novembro de 2012.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. **O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras.** Belo Horizonte: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME); São Paulo: Instituto Unibanco, 2012.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. **O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras: Banco de Dados, versão 2.** Belo Horizonte: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME); São Paulo: Instituto Unibanco, 2012.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; XAVIER, Flávia Pereira; SOARES, José Francisco. **Nota Técnica:** conversão da escala do NSE médio das escolas e criação de grupos. Belo Horizonte: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME), 2013.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria Inep Nº 149, de 16 de junho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 116, Seção 1, p. 24-25, 17 jun. 2011.

COLEMAN, James S. et al. **Equality of Educational Opportunity.** Washington: US Government Printing Office, 1966.

DOURADO, Luiz Fernandes (Coord.). **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 65 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 24).

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alícia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 100, especial, p. 989-1014, out. 2007.